

## A CRISE DO PARADIGMA CARTESIANO NA “CIÊNCIA DA TRADUÇÃO” DE WOLFRAM WILSS \*

Ruth BOHUNOVSKY

**RESUMO** *Na minha tese, busco analisar as bases do conceito de “ciência” utilizado por Wolfram Wilss nos seus livros The Science of Translation (1977/1982), Kognition und Übersetzen (1988) e Knowledge and Skills in Translator Behaviour (1996). Wilss é considerado um dos teóricos mais representativos da vertente cientificista da “ciência da tradução” alemã (Übersetzungswissenschaft). Procuo mostrar que existe um descompasso entre alguns dos pressupostos implícitos no conceito de “ciência” (quando empregado conforme o paradigma “filosófico” cartesiano, como no caso de Wilss) e as características de qualquer tradução. Desenvolvo minha análise com base em dois conceitos que constituem um norte importante para este trabalho: o significado e o sujeito. A partir desse fio condutor, analiso se a relação que Wilss estabelece entre a sua proposta “científica” e o modelo epistemológico das ciências naturais – que, segundo o autor, fundamentar-se-ia exclusivamente na filosofia cartesiana – seria realmente justificada. Argumento que usar o conceito de “ciência” seguindo as premissas do paradigma cartesiano mostra-se problemático, não apenas quando relacionado à prática tradutória, mas também em cotejo com o seu emprego por uma parte da comunidade científica e por teóricos da ciência contemporâneos, que têm questionado amplamente esse modelo científico. Defendo que tanto os problemas e as contradições inerentes à teorização de Wilss quanto a visão de linguagem e de sujeito adotada por uma parte dos cientistas naturais contemporâneos evidenciam a impossibilidade de se desenvolver uma “ciência da tradução” nos moldes propostos pelo referido teórico. Defendo que, assim como os problemas e as contradições inerentes à teorização de Wilss, a visão de linguagem e de sujeito adotada por uma parte dos cientistas naturais contemporâneos também evidencia a impossibilidade de se desenvolver uma “ciência da tradução” nos moldes propostos pelo referido teórico.*

---

\* Texto resultante da Tese de Doutorado, apresentada ao Curso de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 30 de julho de 2003, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosemary Arrojo.

**ABSTRACT** *Wolfram Wilss is considered to be one of the most representative theorists of the scientific tendency in the “science of translation” (Übersetzungswissenschaft) in Germany. Based on three of his principle books – The Science of Translation (1977/1982), Kognition und Übersetzen (Cognition and Translation) (1988) and Knowledge and Skills in Translator Behaviour (1996) – my dissertation examines the theoretical foundation of the concept of “science” exposed by this author. I argue that there is a conflict between some of the tacit presuppositions of this concept (when used according to the “philosophical” Cartesian paradigm like in the case of Wilss) and the characteristics of any translation. I develop my argument on the basis of two concepts that constitute an important link in this analysis: “meaning” and “subject”. Besides, I discuss the relation that Wilss establishes between his own “scientific” work and the epistemological model of the natural sciences. According to the author, the latter is based exclusively on the Cartesian philosophy. My claim is that the application of the concept of science obeying the principles of this paradigm is problematic when related to translation practice, and also in comparison to the usage of this concept in some works of contemporary natural scientists and of theorists of science who have led an extensive controversy about this scientific model. Thus, I argue that not only the problems and contradictions that exist in the theorization of Wilss but also the concept of language and subject adopted by an important part of the contemporary scientific community make evident the impossibility to develop a “science of translation” as proposed by the quoted theorist.*

## INTRODUÇÃO

Em alemão, o termo “*Wissenschaft*” (ciência) permite uma interpretação bastante ampla – que não corresponde ao seu uso em português –, pois pode denominar qualquer área “acadêmica” ou “escolar” (Hans J. Vermeer, 1996: 3). Embora o referido termo seja aplicável a todas as áreas acadêmicas nos países de língua alemã, independentemente dos seus fundamentos metodológicos ou epistemológicos, na área de tradução pode ser observada uma tendência de se empregar um conceito de ciência bastante estreito, comprometido com o modelo científico das ciências naturais. Essa tendência predominou, de um modo mais acentuado, nos anos 60 e 70 do século passado<sup>1</sup> quando era bastante comum, entre os teóricos da Alemanha, a pretensão de “tornar os estudos da tradução rigorosamente científicos”, por meio da adoção de “concepções e métodos das ciências exatas, principalmente da matemática e da lógica formal” (Snell-Hornby,

---

<sup>1</sup> Cf., por exemplo, Mary Snell-Hornby (1988/1995: 14) ou Katharina Reiss (1995: 10).

1988/1995: 14)<sup>2</sup>. É pertinente mencionar que, tradicionalmente, a tentativa de nomear a área da tradução como “ciência” – não apenas no referido país – está vinculada à tentativa de tornar “objetivas” as relações entre o significado e o significante para, a partir de tal “objetividade”, ser estabelecida uma base que possibilite uma posição neutra do tradutor no seu trabalho.

Na minha tese, discuto mais detalhadamente alguns aspectos da concepção de tradução dessa vertente cientificista alemã, a partir do exemplo de Wolfram Wilss, um dos seus teóricos mais representativos. Além de apontar, mais uma vez, os pontos fracos e as contradições dessa concepção – uma discussão que já tem sido desenvolvida, acerca de vários outros teóricos de tradução, por autores como Rosemary Arrojo (1992, 2000), Cristina C. Rodrigues (1998) ou Edwin Gentzler (1993), para citar apenas alguns –, busquei desenvolver uma análise mais aprofundada sobre a relação entre o modelo de tradução defendido pelo referido teórico e o modelo científico das ciências naturais – no qual, conforme o próprio autor alemão, se fundamentaria tanto a sua concepção de ciência, quanto a de linguagem e sujeito. Assim, pude constatar que o modelo de ciência pelo qual Wilss se orienta é mais ortodoxo e tradicional que aquele que, hoje em dia, marca muitas discussões epistemológicas nas próprias ciências naturais. Argumento que isso produz não apenas contradições na argumentação epistemológica do referido teórico, mas também inconsistências no que tange à sua discussão sobre tradução propriamente dita – o que, em última instância, vai se refletir na prática que se baseia em tal visão de tradução e ciência.

É útil esclarecer ainda que minha argumentação acerca da teorização de Wilss parte da premissa de que sua visão de ciência evidencia-se, de um modo geral, como fortemente marcada pelo paradigma “filosófico” cartesiano (Thomas S. Kuhn, 1962/1987). Esse modelo científico, que teve sua origem na filosofia de René Descartes e que foi corroborado durante os últimos séculos pelo sucesso da física newtoniana, caracteriza-se por uma visão extremamente determinista tanto em relação à natureza, ao universo e ao sujeito, quanto em relação às “verdades” filosóficas<sup>3</sup> e parte do pressuposto de que possa haver um único método a ser aplicado em qualquer campo “científico”. Nos livros de Wilss enfocados neste trabalho, a orientação pelo paradigma cartesiano manifesta-se, por exemplo, na crença do autor de que tanto a “objetividade” (1977/1982: 13), quanto a neutralidade (ibid.) e a universalidade (1996a: 78) seriam pressupostos absolutamente inquestionáveis de qualquer área que se pretenda “científica”. Além disso, o estudioso defende a necessidade de uma separação absoluta entre sujeito e objeto em qualquer uma dessas áreas (1977/1982: 67; 1988: 114; 1996a: 21, 49).

---

<sup>2</sup> Nos casos em que utilizei uma tradução ou uma edição posterior à primeira, a referência à data da publicação original ou da primeira edição foi colocada em primeiro lugar entre os parênteses e o ano da edição usada por mim, após uma barra.

<sup>3</sup> Sobre o caráter determinista da visão de mundo cartesiana, cf. Bertrand Russell (1945/1957c: 97).

## A LINGÜÍSTICA CARTESIANA

Resumindo a argumentação desenvolvida na minha tese acerca da relação entre cartesianismo e linguagem<sup>4</sup>, é possível constatar que, a partir de uma visão cartesiana, a linguagem, sobretudo a “linguagem científica”, seria um sistema de símbolos para a comunicação – esta entendida como o transporte transparente de informação<sup>5</sup>. Atribui-se, geralmente, à linguagem “não científica” a característica de ser tão-somente a “representação” do pensamento criativo e das idéias do seu autor – que teria a liberdade de incluir nos textos de sua autoria a possibilidade de interpretações variadas –, enquanto a linguagem “científica” é vista como um “espelho” do “pensamento científico” e, conseqüentemente, da “realidade” extralingüística. Nesse sentido, tal linguagem “científica” seria marcada por significados estáveis, únicos e transparentes e corresponderia às exigências do racionalismo e do universalismo científico. Para fins de ilustração, cito uma passagem da autoria de Boaventura de Sousa Santos – um autor que inspirou muito a linha de argumentação desenvolvida na minha tese:

[o] paradigma da ciência moderna travou desde o início uma luta cerrada contra a linguagem vulgar do senso comum, veiculadora de concepções falsas tornadas evidentes pela aparente transparência de uma linguagem comum a todos. Luta de tal maneira cerrada que a ciência passou a confiar exclusivamente numa linguagem incomum por excelência, a linguagem matemática, considerando-a a única capaz de restituir por inteiro o rigor do conhecimento científico moderno. Desde então, foram marginalizadas tanto a linguagem vulgar como a linguagem literária e humanística, ambas indignas, pelo seu caráter analógico, imagético e metafórico, do rigor técnico do discurso científico (1989/1993: 127).

No que tange ao outro conceito que norteia este trabalho, é conhecido que a filosofia cartesiana parte do pressuposto de que poderia haver uma autonomia completa do sujeito – que, portanto, seria consciente e capaz de atuar de modo absolutamente racional. Diante disso, a figura do cientista seria certamente a mais alta representação desse sujeito cartesiano. De acordo com Santos, o “paradigma da ciência moderna” parte da visão de que “a verdade, enquanto representação da realidade, impõe-se por si ao espírito racional e desinteressado” (1989/1993: 133). A suposta autonomia do sujeito/cientista, ou seja, a sua independência de fatores externos, assim como a suposta ausência de qualquer influência por parte do sujeito

---

<sup>4</sup> Minha arguição teve como base bibliográfica, entre outros autores, Noam Chomsky (1966/1972), Tilman Borsche (1996), Arrojo (1992, 2000), Santos (1989/1993) e Descartes (1637/s.d.).

<sup>5</sup> Uma discussão crítica acerca dessa visão ortodoxa da linguagem “científica” encontra-se em João Azenha Jr. (1999).

no objeto estudado, têm sido consideradas, desde Descartes, pressupostos imprescindíveis para se descobrir as “verdades” científicas, especialmente no campo das ciências naturais. No entanto, a distinção sujeito/objeto “nunca foi tão pacífica” nas ciências sociais e humanas quanto tem sido nas ciências naturais e “a isso mesmo se atribuiu [...] o maior atraso das primeiras em relação às segundas” (Santos, 1987/1993: 50). A respeito dessas palavras de Santos, é pertinente lembrar que o reconhecimento desse atraso não significa, todavia, admitir que o paradigma cartesiano tenha deixado de ser o modelo para as ciências que não sejam consideradas naturais. E, a *Übersetzungswissenschaft* constitui, sem dúvida, uma vertente com pretensões “científicas” cujos representantes – entre eles, Wilss – evidenciam, repetidamente, a tendência de se orientar por esse modelo. Vale a pena também lembrar uma rica discussão, desenvolvida por Maria Paula Frota (2000), sobre as implicações de uma orientação pelo sujeito cartesiano na área de tradução, os seus pontos cegos e a necessidade de se levar em consideração a inevitável influência do inconsciente em qualquer uso de linguagem.

## O SIGNIFICADO ESTÁVEL E O TRADUTOR INVISÍVEL: A CRISE DO PARADIGMA CARTESIANO NA “CIÊNCIA DA TRADUÇÃO” DE WOLFRAM WILSS

A argumentação de Wilss ao longo dos seus livros permite várias conclusões acerca da sua visão sobre linguagem – e também sobre tradução –, todas corroborando o seu caráter cartesiano<sup>6</sup>. Na minha tese, enfoquei sobretudo as contradições e os problemas insolúveis que resultam da orientação do teórico pelo referido paradigma, visto por ele como o modelo no qual se fundamentariam todas as ciências naturais. Para Wilss, as ciências humanas (*Geisteswissenschaften*), ao contrário das ciências naturais, teriam passado por uma “perda de prestígio” (1988: 1). Certamente, a partir de tal visão, uma orientação pelas ditas ciências “duras” parece o meio mais sensato para garantir algum sucesso na tentativa de aumentar o *status* científico e acadêmico da área<sup>7</sup> – como é o desejo do teórico alemão. Para evidenciar alguns problemas intrínsecos a uma orientação pelo modelo cartesiano de cientificidade, procurei mostrar as incoerências internas à teorização de Wilss – antes de contrapor a concepção de linguagem e sujeito defendida por esse autor àquela na qual uma grande parte das ciências naturais se baseia atualmente.

Um ponto que abordo mais detalhadamente é a questão da tradução mecânica. Nos três livros focalizados nesta tese, Wilss mostra grande interesse pelo

---

<sup>6</sup> Cf., por exemplo, Wilss (1977/1982: 46, 126, 132; 1996a: 161).

<sup>7</sup> A postura de Wilss a esse respeito parece semelhante à do teórico francês George Mounin, que “adverte” explicitamente que a tradução não deveria se tornar uma “*Geisteswissenschaft*” (Mounin, 1963/1975: 82).

desenvolvimento desse “tipo” de tradução<sup>8</sup>. Levando em conta a sua concepção de textos “técnico-científicos” – supostamente marcados por significados únicos, estáveis e repetíveis, com equivalentes em qualquer outra língua<sup>9</sup> – parece evidente que o teórico considera esse “tipo” de texto altamente suscetível de ser o “material” que “não apenas facilita o ótimo entendimento de assuntos científicos, mas também cria as melhores condições para a solução de problemas sintáticos e semânticos no campo da tradução por computador” (1977/1982: 129). Wilss entende que os textos “técnico-científicos” seriam supostamente “independentes” tanto do seu “emissor” quanto do seu “receptor” (1977/1982: 128). Conseqüentemente, esse “tipo” de texto seria absolutamente adequado para a tradução mecânica, já que o “postulado de correspondência um-a-um entre a substância extra-lingüística e a denominação lingüística” (ibid.: 129) ofereceria as condições para uma “tradução canônica” (ibid.: 132). Como reconhece o teórico, o computador seria capaz de trabalhar apenas com os significados “potenciais, sistemáticos”, que não fossem determinados pelo “contexto” (1996a: 212). Implicitamente, isso sugere também uma independência dos textos “técnico-científicos” dos contextos concretos nos quais se realiza a sua leitura ou a sua tradução.

Apesar da sua postura predominantemente positiva em relação à possibilidade da tradução por computador, Wilss não apresenta nenhum exemplo de avanço decisivo que tenha ocorrido nesse campo. Ao contrário, ele observa que “os progressos devem ser vistos mais no sentido de uma problematização abrangente na área [...] da tradução mecânica do que como [uma apresentação de] resultados concretos” (1988: 233). Embora declare que “não há dúvida” de que os “programas da tradução mecânica melhorarão” (ibid.: 244), o teórico afirma que “não é possível” dar uma “resposta clara” sobre “as futuras chances” da tradução por computador, visto que “apenas conhecemos os problemas, mas ainda não podemos oferecer nenhuma solução geral satisfatória” (ibid.: 248). É o próprio Wilss quem indica alguns dos motivos dessas dificuldades quando afirma, por exemplo, que “é difícil compreender os conceitos lingüísticos exclusivamente de forma algorítmica”, pois a linguagem “se encontra sempre numa condição apenas relativamente estável” (ibid.: 237). No entanto, ao se considerar a possibilidade de uma “estabilidade” da linguagem ser “sempre” relativa – isto é, “mesmo” em textos “técnico-científicos” –, põe-se em xeque a possibilidade de uma tradução mecânica, uma vez que todas as pesquisas nessa área partem do princípio de que a tradução seria uma “série de programas algorítmicos” (1988: 170).

Outro aspecto problemático e que está estreitamente ligado à discussão sobre as futuras possibilidades de uma tradução mecânica é a suposta “precisão terminológica”, na qual Wilss fundamenta a sua visão determinista dos textos “técnico-científicos”. As suas premissas de que, em tais textos, os termos utilizados

---

<sup>8</sup> Cf. Wilss (1977/1982: 228-250; 1988: 144-251; 1996a: 212-232).

<sup>9</sup> Cf., por exemplo, Wilss (1977/1982: 128-132; 1999: 71).

seriam apenas “denotações” independentes de qualquer contexto, não seriam ambíguos, não teriam sinônimos e seriam entendidos da mesma maneira por qualquer leitor permitem a dedução de que os termos utilizados em seus próprios livros deveriam também satisfazer a essas exigências, já que seus textos “visam à descrição e à explicação de tópicos científicos e técnicos” (1977/1982: 128), neste caso, relativos à “ciência da tradução”. Ou seja, seguindo o raciocínio de Wilss, em consequência da suposta condição de “ciência” da área da tradução, a produção escrita nesse âmbito – por exemplo, os seus livros aqui discutidos – deveria possuir as características que ele atribui a qualquer texto “técnico-científico”. No entanto, podem-se encontrar, nos livros aqui enfocados, várias ilustrações de que até mesmo as palavras-chave dessa “ciência” não correspondem aos pressupostos atribuídos pelo teórico a qualquer texto desse “tipo”.

Assim, ao comentar uma tradução “literal”, o teórico mostra que existem várias possibilidades de se interpretar esse conceito, já que o “isomorfismo sintático” pode – ou não – ser um critério para se avaliar uma tradução como “literal” (1977/1982: 94). Em outro momento, o estudioso observa que existe uma “falta de acordo” acerca da questão de como definir o conceito de uma “tradução parafrástica”, visto que “algumas das definições encontradas na ciência da tradução estão em conflito com outras” (ibid.: 109). A questão do termo “ciência” e suas respectivas traduções – cujas perspectivas semânticas são mencionadas pelo próprio autor (ibid.: 52) – pode ser citada para ilustrar o argumento de que o “alto grau de significado interlingual” (ibid.: 131) e a “identidade denotativa” (ibid.) não devem ser considerados pressupostos inquestionáveis, mesmo em textos “técnico-científicos”. Essa problemática evidencia-se, também, em alguns momentos da argumentação de Wilss como, por exemplo, quando ele observa que os textos “técnico-científicos” não estariam isentos de “polissemia” ou de “homonímia” (1988: 185) ou, mais claramente, quando afirma que “as colocações lexicais estão sempre em movimento, visto que novas esferas de significação são atribuídas aos termos” (1977/1982: 72). O teórico frisa que esse caráter semântico “flutuante” do vocabulário, dependente do “contexto de situação”, dificultaria “a generalização e a mecanização” do processo tradutório (ibid.).

Outro momento em que a problemática da visão determinista de Wilss em relação à linguagem “técnico-científica” se revela é quando ele afirma, usando as palavras de Heidrun Gerzymisch-Arbogast (1994), que “não há disponibilidade de nenhuma estratégia sistemática que permita ao tradutor determinar, em caso de dúvida, se o uso de um termo está de acordo com a sua definição terminológica, ou não, e de que maneira [o termo] se desvia da sua descrição normativa, isto é, de que maneira ele está contaminado” (1996a: 181). Nesse caso, o teórico sugere que seria necessário levar em consideração o contexto para definir o suposto significado de um termo (ibid.). Com isso, a “precisão terminológica” (1977/1982: 129), a correspondência “um-a-um” entre a “substância extra-lingüística e a denominação



lingüística” (ibid.), e a função “universal-lógica” (ibid.: 128) de vocabulários “técnicos”, tornam-se pressupostos questionáveis.

Com suas observações de que o contexto tem de ser levado em consideração, tanto na leitura quanto na tradução de textos “técnico-científicos”, Wilss já indica que existe algum ponto problemático no seu pressuposto de que textos desse “tipo” se constituíram apenas de “denotações”, supostamente independentes do respectivo contexto extra-lingüístico. São, portanto, os seus próprios comentários que sugerem que nenhum “tipo” de linguagem funcionaria independentemente do contexto concreto no qual é produzido, lido ou traduzido. No entanto, seria exatamente tal independência do contexto que possibilitaria a emergência de uma “ciência da tradução”, interessada “em fornecer um conjunto de conceitos e métodos que tornariam possível a descrição objetiva da sincronização interlingual de textos” (1977/1982: 66).

A questão do sujeito é, assim como a abordagem sobre o significado em textos “técnico-científicos”, outro ponto problemático que permeia os livros analisados neste trabalho. Considerando o pressuposto de que o tradutor que melhor se harmonizaria com o modelo paradigmático cartesiano seria a tradutor “invisível”, não causa surpresas encontrar, nos livros de Wilss aqui focalizados, vários comentários que relacionam a condição de maior “cientificidade” da área da tradução à possibilidade de se “excluir” a pessoa do tradutor, a sua subjetividade, dessa “ciência”. Entretanto, no que concerne ao significado, Wilss mostra uma postura diferente, revelando-se bastante consciente de que aproximar a tradução do modelo cartesiano de cientificidade não constitui uma tarefa fácil. Para ilustrar esse reconhecimento do teórico, cito uma passagem na qual ele declara que

a tradução, assim como qualquer atuação lingüística, envolve uma atividade humana [...]. Todo tradutor, como todo comunicador, encontra-se numa relação específica com a realidade. Em outras palavras, ele possui um volume específico de experiência lingüística e extra-lingüística; além disso, possui um determinado número de interesses tradutórios que determinam o seu sistema de valores em relação à tradução [...], o qual, por sua vez, controla a produção tradutória. Ao traduzir, ele ocupa um papel específico na comunicação [...] que é marcado, de maneira significativa, por conceitos de qualidade subjetivos acerca da natureza semântica e/ou sintática. [...] Por isso, eu não concordo com Vermeer que acredita na “imunidade” ou na neutralidade do tradutor em relação ao texto que traduz (1978, 101). Como todo tradutor “é um ser humano com uma história psicológica própria e individual” (Kopczyński 1980, 45), o resultado da sua atividade tradutória depende da sua predisposição em relação ao texto a ser traduzido e de sua própria capacidade de resolver problemas [...].



Mesmo nos casos em que o tradutor poderia evitar, em grande medida, tomar decisões tradutórias, [...] sua influência no texto a ser traduzido será notável (1977/1982: 139).

Apesar desse reconhecimento de que o contexto humano, no qual se integram as experiências individuais e sociais do tradutor, é decisivo para se abordar questões da tradução, a argumentação do teórico focado sugere, inegavelmente, que quanto menor fosse a influência de fatores contextuais na tradução, melhor seria para o possível desenvolvimento de uma “ciência da tradução”. Ao tratar da crítica de tradução, Wilss chega até a sugerir que a pessoa do tradutor seja um “problema desagradável” que teria de ser enfrentado (ibid.: 219), mostrando claramente a sua avaliação acerca do papel do tradutor dentro da vertente dos estudos da tradução que se pretende “científica”.

Para sintetizar as inúmeras observações de Wilss concernentes à questão do tradutor, cito mais um trecho que me parece bastante adequado para ilustrar a “confusão metodológica” (1977/1982: 13) no qual Wilss se encontra. Nesse trecho, o autor afirma que

qualquer teoria de tradução que se abstrai da pessoa do tradutor, ou se conforma em defini-lo [...] como um “super-comunicador” expõe-se ao perigo de falsificar ou idealizar seu objeto de estudo. [...] Ultimamente, as abordagens teóricas de tradução têm sido mais cautelosas, pluralistas, mas também mais relativistas [...].

Embora essa pluralização seja desejável, parece-me bastante problemática a reivindicação, cada vez mais propagada, de um “direito de participação” do tradutor na produção do texto de chegada (1988: 45).

A meu ver, uma grande problemática que o próprio Wilss cria para o prestígio acadêmico da tradução é que ele relaciona um suposto aumento da cientificidade da área à “exclusão” do sujeito/tradutor e, ao mesmo tempo, reconhece que o tradutor ocupa um lugar determinante em qualquer tradução. Desse modo, a sua própria argumentação inviabiliza a possibilidade de se aumentar a reputação acadêmica dos estudos da tradução. Outro aspecto que destaco é o seu ceticismo em relação à possibilidade de que as vertentes defensoras de um pensamento não cartesiano – genericamente denominadas por ele de “pós-modernas” – nas áreas humanas ou, especificamente, no campo da tradução tragam impulsos positivos à sua área. Essa sua descrença o impede de levar adiante um questionamento sobre a utilidade da sua orientação pelo modelo cartesiano de cientificidade.

Apesar das contradições que permeiam suas formulações teóricas, continua a impressão de que, na opinião de Wilss, os textos “técnico-científicos” ainda poderiam “salvar” seu projeto “científico”. Conforme o raciocínio do teórico, os argumentos críticos levantados contra a sua visão “científica” por diversos

representantes da sua própria área parecem não ser válidos, pelo menos em relação aos textos técnico-científicos, já que o autor apóia a sua teorização sobre estes no que supõe serem os fundamentos epistemológicos das ciências naturais. Dessa maneira, entendo como justificada uma tentativa de confrontar sua proposta teórica e metodológica com argumentos sobre a linguagem “técnico-científica” e o conceito de sujeito que surgiram exatamente no campo das ciências naturais.

## **O ABALO DO PARADIGMA CARTESIANO NAS CIÊNCIAS NATURAIS: NOVOS OLHARES “CIENTÍFICOS” SOBRE O SIGNIFICADO E O SUJEITO COMO PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO CIENTÍFICO**

Enquadradas no modelo cartesiano durante séculos, as ciências têm sido associadas a um complexo de noções como causalidade, determinismo, mecanismo, racionalidade e objetividade. Mas, desde o início do século XX, o paradigma cartesiano entrou em “crise”. Não foram apenas filósofos como Arthur Schopenhauer, Friedrich Nietzsche<sup>10</sup> e, mais tarde, por exemplo, Jürgen Habermas<sup>11</sup> que forneceram material para os debates críticos sobre as bases epistemológicas da ciência moderna. Foram também cientistas das áreas naturais – principalmente da física – que se destacaram nesses debates<sup>12</sup>. Dentro da física, a física quântica – que visa descrever o comportamento das moléculas, dos átomos e das partículas subatômicas, assim como da luz e de outras formas de radiação – tem sido considerada o principal propulsor dessa grande crise paradigmática. Por causa disso, ela se tornou o símbolo de uma transição da ciência clássica – na qual valem exclusivamente as leis de Newton e o pensamento cartesiano – para uma ciência nova, contemporânea, orientada por um novo paradigma filosófico e que, conforme argumenta Santos (1989/1993), ainda se encontraria na sua fase de emergência.

Sem entrar aqui numa discussão sobre a história e os detalhes das descobertas revolucionárias da física quântica, considero, no entanto, pertinente destacar o fato de as referidas descobertas desse ramo da ciência terem levado alguns de seus representantes a uma reflexão sobre as suas implicações filosóficas e epistemológicas. Assim, muitas observações de Werner Heisenberg e John Gribbin permitem deduzir que, na física contemporânea, é bastante aceita a idéia de que a ciência não deve mais ser vista como uma mera representação da realidade. Isso pode ser ilustrado com o fato, também mencionado por Gribbin, de cientistas de várias áreas (como da física e da química) utilizarem diferentes modelos teóricos de

---

<sup>10</sup> Cf., por exemplo, Gadamer (1983: 19).

<sup>11</sup> Cf., por exemplo, Habermas (1968/1994).

<sup>12</sup> Sobre a crise do paradigma cartesiano em outras áreas científicas, cf., por exemplo, Shanker (org.) (1988) sobre a teoria do matemático Kurt Gödel; ou Ilya Prigogine (1988/1992; 1984).

átomo, às vezes até contraditórios, mas todos úteis para os devidos fins (1995/2000: 263-264). De acordo com o este mesmo autor,

todos os modelos de átomo são não verdadeiros, visto que não dizem a verdade única sobre o átomo. E, vice-versa, todos os modelos são verdadeiros e úteis, enquanto nos dão acesso a um aspecto do mundo atômico (ibid.: 264, grifo do autor).

A concepção cartesiana de linguagem, exemplificada acima com a argumentação de Wilss, ignora as relações mútuas que existem entre a nossa percepção do mundo físico e a linguagem. Como procuro evidenciar, é exatamente essa relação que tem sido discutida por Heisenberg e por outros cientistas e teóricos de ciência contemporâneos. Nesse contexto, destaco como relevante o fato de uma parte da comunidade científica contemporânea ter reconhecido a impossibilidade de a linguagem “científica” ser considerada, em termos absolutos, denotativa e representativa. Mais do que isso, os argumentos desses cientistas evidenciam que o caráter instável e metafórico desse “tipo” de linguagem é essencial para o desenvolvimento das próprias ciências naturais. Ou seja, os físicos citados atribuem às alterações semânticas, assim como ao caráter relativo de conceitos como verdade e objetividade, um valor positivo. De maneira semelhante aos pensadores pós-modernos, uma parte da comunidade científica contemporânea mudou o enfoque, passando a considerar essas incertezas e indeterminações como inevitáveis e a apontar o papel importante que elas ocupam no desenvolvimento da linguagem e da ciência<sup>13</sup>. Essa visão, portanto, distingue-se fundamentalmente daquela de Wilss que, embora reconheça em alguns momentos a impossibilidade da existência de uma linguagem que cumpra as exigências do modelo da “lingüística cartesiana”, não deixa de lamentar essa situação.

Em relação ao sujeito, pode-se constatar que, nas discussões atuais acerca do papel que caberia ao observador dentro das ciências naturais, o pressuposto de um sujeito “cartesiano” está sendo praticamente descartado. Além disso, as influências “subjetivas”, quando relevantes no processo científico, são enxergadas de uma maneira mais positiva, diferentemente do que acontece na teorização de Wilss. Ao contrário do que o autor sugere, as “competências individuais” vêm perdendo o valor negativo nas discussões de alguns cientistas naturais. Isso transparece, por exemplo, na crítica ao pressuposto cartesiano de que a “mente” seria “completamente determinada” por “princípios” que corresponderiam “às leis da física e da química” (Heisenberg, 1958/1999: 114-115). Heisenberg declara que “toda essa descrição cartesiana [do sujeito] é um tanto artificial e mostra os graves defeitos da divisão exibida pela filosofia de Descartes” (ibid.: 115). Os cientistas cujos trabalhos venho citando para evidenciar que a concepção cartesiana de ciência,

---

<sup>13</sup> Cf., sobretudo, Santos (1993/2000).

e de sujeito, não é mais a única possível no mundo científico se dispõem a estudar as consequências do fim do caráter absoluto do dualismo cartesiano sujeito/objeto, em vez de lamentar a perda da suposta estabilidade e certeza que o modelo cartesiano prometia. É claro que a relação entre sujeito e objeto se dá de maneiras divergentes num experimento físico e na tradução de um texto. Não obstante, a impossibilidade de se pressupor a existência de um “sujeito cartesiano” tem sido destacada tanto por cientistas naturais quanto por vários teóricos de tradução. O “conflito metodológico” de Wilss a esse respeito indica, portanto, muito mais o caráter ultrapassado da sua posição – tanto no contexto da sua própria área quanto no contexto das ciências em geral – do que uma tentativa de aproximar sua teorização de um suposto modelo “prestigioso” das ciências naturais.

Gostaria de sintetizar o que me parece ser o mais importante para a argumentação que desenvolvo no meu trabalho: embora reconheça que os estudos da tradução deveriam ser considerados uma “ciência suave” (*soft science*), em vez de uma “ciência dura” (*hard science*) (1996: 30) – Wilss revela-se mais cientificista, racionalista e cartesiano do que muitos dos representantes das ciências naturais. Procurei mostrar que, nas ciências naturais, pode ser detectada uma forte tendência de substituir o sujeito cartesiano pelo “observador do segundo grau”, que seria “condenado à auto-reflexividade” (Gumbrecht, 1999: 65). Pode-se resumir que, de um modo geral,

durante muito tempo a missão quase vital da ciência foi eliminar o incerto, o indeterminado, o impreciso, o complexo, a fim de dominar e controlar o mundo. No entanto, este objetivo resultou nas ciências contemporâneas, que justamente trabalham com o aleatório, o incerto, o indeterminado, o complexo (Descamps, 1984/1989: 11-12).

Contrariando essa tendência da ciência contemporânea – apesar de admitir que para uma “ciência que lida com textos” seria muito mais difícil tornar-se uma “ciência metodologicamente rigorosa” (1988: 11) do que, por exemplo, para as ciências naturais –, Wilss continua preso ao pensamento científico tradicional, isto é, cartesiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meu entender, pode-se presumir que existe um consenso implícito entre os estudiosos “pós-modernos” da linguagem e vários cientistas naturais contemporâneos acerca da idéia de que o uso da linguagem no contexto científico é submetido a uma “regulação” maior do que, por exemplo, na área da literatura. Ao mesmo tempo, parece haver um acordo também sobre o fato de que em textos “científicos” os significados não são intrínsecos aos textos ou às palavras, nem

“representam”, em termos absolutos, a “realidade” extra-lingüística; dependem, na verdade, dos limites impostos pela comunidade científica. Com isso, aceita-se a relativização das premissas acerca da linguagem e do sujeito nas quais Wilss fundamenta sua crença na estabilidade semântica em textos “técnico-científicos”, na existência de critérios absolutos para diferenciar os textos “técnico-científicos” dos “literários”, na viabilidade de um trabalho tradutório absolutamente neutro e objetivo e na possibilidade de um sucesso absoluto da tradução mecânica – para mencionar apenas os aspectos mais discutidos ao longo da minha tese. Se a necessidade de uma relativização dessas premissas já é indicada pelos problemas e contradições detectados na argumentação de Wilss, o reconhecimento de que foi necessário relativizar esses pressupostos tanto nas áreas humanas quanto nas naturais torna ainda mais evidente a inviabilidade de uma “ciência da tradução” cartesiana.

As reflexões que foram expostas no meu trabalho de doutorado não visam ter implicações imediatamente práticas para o trabalho tradutório. Ou, melhor dito, o efeito prático que minha argumentação pode produzir são conclusões que correspondem àquelas advindas das propostas de pensadores que venho definindo como “pós-modernos”, ou seja, de que se promova uma maior conscientização dos teóricos e praticantes da tradução acerca da impossibilidade de os tradutores agirem como meros “transportadores” neutros de significados supostamente estáveis. Ao defender que a linha de argumentação desses referidos teóricos “pós-modernos” parece estar em consonância com as reflexões de vários cientistas naturais, não pretendo sugerir que, em decorrência, a área dos estudos da tradução deva ganhar mais “prestígio”, porque talvez seus pressupostos estejam “confirmados” por abordagens feitas nessas áreas. Entretanto se, por um lado, uma orientação pelo modelo epistemológico das ciências naturais não deve levar à conclusão de que, com isso, as áreas humanas ganhariam mais “peso” acadêmico; por outro, uma atitude de fechar as portas para as discussões que acontecem em outras disciplinas acadêmicas impede o aumento do próprio horizonte teórico e intelectual. Assim, ao me reportar a alguns trabalhos de cientistas naturais, procurei oferecer uma pequena contribuição para o enriquecimento das discussões teóricas na nossa área, sobretudo no que tange à tradução “técnico-científica”.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O signo desconstruído: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992.
- AZENHA, João, Jr. *Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado*. São Paulo: Humanitas, 1999.

- BORSCHÉ, Tilman (org.). *Klassiker der Sprachphilosophie: Von Platon bis Noam Chomsky*. Munique: Beck, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Tradução: Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução: Fernando Melro. Mem Martins: Francisco Lyon de Castro, [s. d.].
- DESCAMPS, Christian. Novas fronteiras da ciência. Novas interrogações das ciências humanas. In: *Idéias Contemporâneas: Entrevistas do Le Monde*. Tradução: Maria Lúcia Blumer. São Paulo: Ática, 1989, p. 7-14.
- FROTA, Maria Paula. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise*. Campinas: Pontes, 2000.
- GADAMER, Hans-Georg. *A razão na época da ciência*. Tradução: Ângela Dias. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- GENTZLER, Edwin. *Contemporary Translation Theories*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- GERZYMISCH-ARBOGAST, Heidrun, MUDERSBACH, Klaus. *Methoden des wissenschaftlichen Übersetzens*. Tübingen und Basel: A. Francke, 1998.
- GRIBBIN, John. *Auf der Suche nach Schrödingers Katze: Quantenphysik und Wirklichkeit*. Tradução: Friedrich Griese. 6. ed. Munique, Zurique: Piper, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Schrödingers Kätzchen und die Suche nach der Wirklichkeit*. Tradução: Christiana Goldmann. 4. ed. Frankfurt:: Fischer, 2000.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Breve romance epistemológico. In: OLINTO, H. K., SCHOLLHAMMER K. E. (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 61-78.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1994.
- HEISENBERG, Werner. *A parte e o todo: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Física e filosofia*. Tradução: Jorge Leal Ferreira. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- IDÉIAS CONTEMPORÂNEAS: *Entrevistas do Le Monde*. Tradução: Maria Lúcia Blumer. São Paulo: Ática, 1989.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- MOUNIN, George. *Os problemas teóricos da tradução*. Tradução: H. de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
- OLINTO, Heidrun Krieger, SCHOLLHAMMER, Karl Erik (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

- PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle. *Entre o tempo e a eternidade*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- REISS, Katharina. Was heisst und warum betreibt man Übersetzungswissenschaft? In: SNELL-HORNBY, M., KADRIC, M. (orgs.). *Grundfragen der Übersetzungswissenschaft: Wiener Vorlesungen von Katharina Reiss*. Viena: Universitätsverlag, 1995. p. 9-18.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença: uma proposta de desconstrução da noção de equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas S.P.
- RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental: a filosofia moderna*. Tradução: Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957c. vol. 3.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 6. ed. Porto: Afrontamento, 1993.  
 \_\_\_\_\_. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1993.
- SHANKER, S. G. (org.). *Gödel's Theorem in focus*. Londres, Nova York, Sidney: Croom Helm, 1988.
- SNELL-HORNBY, Mary (org.). *Translation Studies, An Integrated Approach*. 2. ed. Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publ., 1995.
- VERMEER, Hans J. *A Skopos Theory of Translation: Some arguments for and against*. Heidelberg: TEXTconTEXT-Verlag, 1996.
- WILSS, Wolfram. (org.). *The Science of Translation*. Tradução: W. Wilss. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1982.  
 \_\_\_\_\_. *Kognition und Übersetzen: Zu Theorie und Praxis der menschlichen und der maschinellen Übersetzung*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, 1988.  
 \_\_\_\_\_. *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins Publ., 1996.